

PROJETO RECIFE - OLINDA

Núcleo de Gestão do Porto Digital

Período: setembro de 2004 a outubro de 2005.

Contrato de Gestão S/N 09/2004 - SDETE / NGPD.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. HISTÓRICO DO PROJETO

Os estudos realizados em 1998 e 2002, Metrópole 2010 e Metrópole Estratégica, respectivamente, indicaram a importância para o desenvolvimento metropolitano das áreas compreendidas entre o Sítio Histórico de Olinda (Olinda) e o Parque da Ex-Estação Rádio Pina (Recife), definindo-as entre outros nove projetos, como Território 1 de Oportunidades para a atração de empreendimentos, devendo, conseqüentemente, serem objeto de dinamização. Adicionalmente, em 2003, o plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda voltou sua atenção para estas áreas, pela sua importância e vínculo histórico além da busca da sua interação física, econômica e cultural.

É competência do Governo de Pernambuco promover e fomentar os desenvolvimentos econômicos, sociais e ambientais da Região Metropolitana do Recife (RMR), e das Prefeituras de Olinda e do Recife promover, fomentar e estimular os desenvolvimentos econômicos, sociais e ambientais, das duas cidades, devendo, para tanto, valer-se da constituição de parcerias com instituições oficiais, entidades empresariais privadas e com a sociedade civil organizada, no sentido de viabilizar a implantação de novos empreendimentos que venham a proporcionar o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas.

Assim, em 20 de Agosto de 2003, o Governo do Estado de Pernambuco e a Parque Expo¹, celebraram um protocolo, no qual se procede à definição do quadro de cooperação técnica e financeira com respeito ao desenvolvimento de um plano de ação e a configuração de modelo de intervenção institucional e jurídico com vistas à viabilização, à implementação e à execução de um projeto de requalificação urbanística e ambiental nas áreas em questão.

Em 21 de Outubro de 2003, o Estado de Pernambuco e as prefeituras do Recife e de Olinda assinaram um Protocolo de Intenções, visando a congregação de esforços recíprocos para a adoção de iniciativas e medidas tendentes a viabilizar, implementar e executar o citado projeto.

Ainda em 2003, (10 de Novembro), o Governo de Pernambuco celebrou um Contrato de Gestão com o Núcleo de Gestão do Porto Digital², com o objetivo de construir a cooperação técnica para apoiar, implementar e acompanhar o desenvolvimento de estudos de viabilidade de Projeto de Requalificação Urbanística, Expansão Imobiliária e Atração de Investidores para a zona já referenciada.

Em prosseguimento a esta iniciativa, o Governo de Pernambuco delegou ao Porto Digital a tarefa de desenvolver planos, projetos e atividades para atrair, criar e consolidar investimentos e empreendimentos, através de novo contrato de gestão, firmado em Setembro de 2004. Para tanto, em 29 de Setembro de 2004, o Porto Digital e a Parque Expo assinaram um contrato com vistas à concepção

¹ Parque EXPO 98, S.A. - Entidade responsável pela realização da Exposição mundial de Lisboa de 1998 e pela concepção e execução do projeto de reconversão urbanística da Zona de Intervenção designada como Parque das Nações (Lisboa, Portugal).

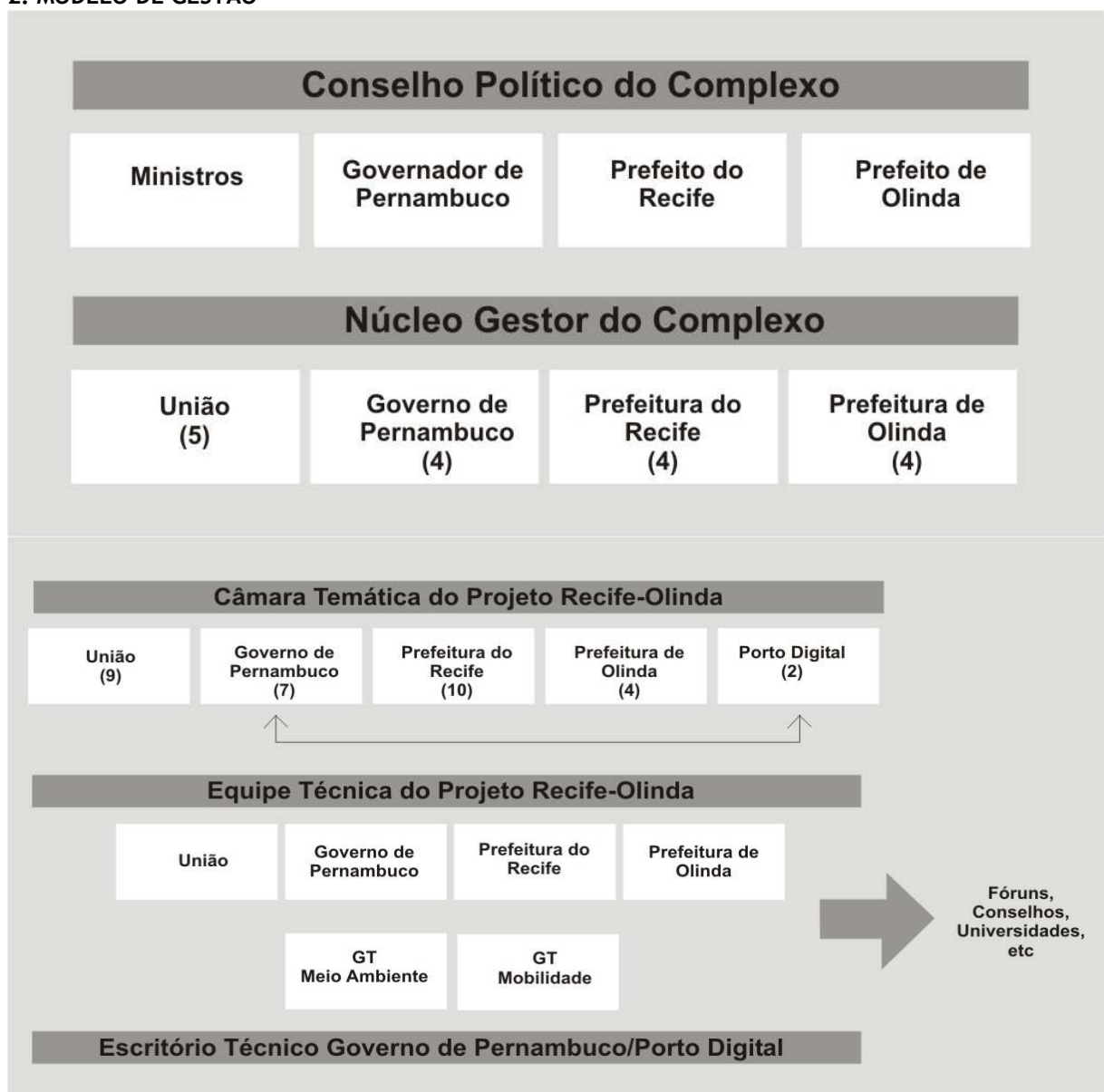
² Porto Digital - Entidade que tem por objetivo a concepção, estruturação e gestão sustentável de um ambiente de negócio capaz de criar e consolidar, em Pernambuco, empreendimentos de reconhecida qualidade, através da interação e cooperação entre universidades, empresas, organizações não governamentais no Estado de Pernambuco. Concentra a sua atuação na requalificação do espaço urbano e na área da tecnologia da informação.

do projeto de requalificação urbanística e ambiental da Zona de Intervenção e a “Modelagem da Operação Urbana”, para parcela do território metropolitano compreendida entre os municípios do Recife e de Olinda.

Em 27 de Abril de 2005 foi firmado, entre as três esferas do poder executivo (Federal, Estadual e Municipal), um Acordo de Cooperação Técnica para a implementação do projeto, provisoriamente, nomeado de Recife - Olinda. Este Acordo foi celebrado no âmbito de um outro convênio para a implementação do plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda - que lhe serve de enquadramento e que, inclusive, define o seu modelo de gestão.

Finalmente, foram constituídos o Conselho Político do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, o Núcleo Gestor do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda e a Câmara Temática do projeto Recife - Olinda.

2. MODELO DE GESTÃO



De acordo com a Cláusula Sétima, sub-cláusula segunda do Contrato de Gestão, a *Secretaria do Gabinete Civil, a AD-DIPER e o Porto Digital reunir-se-ão no mínimo trimestralmente para proceder ao acompanhamento e avaliação do grau de atendimento das metas, para negociação do Plano Anual e Atividades do Projeto*, o que encontra amparo no modelo de gestão implantado. As reuniões do Núcleo Gestor vêm tendo o papel não só de discutir e direcionar os estudos, como prestar contas do que vem sendo decidido e aprovado, conforme o regulamento e atas constantes do **Anexo I**.

3. ÂMBITO, OBJETIVOS E METODOLOGIA DO PROJETO

Entende-se que o objetivo de toda e qualquer intervenção do homem no espaço público deveria ser a criação de valor (econômico, social, ambiental, cultural,...). Assim, as sucessivas ações realizadas num determinado território deverão acrescentar-lhe valor, constituindo o que se poderá chamar de cadeia de valor de transformação do território.

Desse modo, em um processo de reconstrução de cidade, é desejável que as entidades públicas assumam o seu papel de liderança e de agentes planejadores e dinamizadores. Esse papel é facilitado e adquire maior possibilidade de sucesso nas situações em que as entidades públicas são detentoras de áreas significativas de solo.

É exatamente neste contexto que se desenvolve o projeto Recife - Olinda, que tem como principais objetivos:

- Criar um espaço urbano de qualidade sustentável, pensado e construído em parceria com as três hierarquias de poder e com a sociedade e para a sociedade. É a cidade onde os valores econômicos, sócio-cultural e ambiental convivem em harmonia, e se desenvolvem.
- Criar valor e permitir que grande parte desse valor seja apropriada pelas entidades públicas, investindo em outras intervenções de naturezas diversas - social, cultural e ambiental que beneficiem a sociedade civil.
- Configurar-se como uma referência de reconstrução da cidade e de conjugação de interesses vários, públicos e privados.

Desse modo, a intervenção que se busca realizar deverá ter o contorno de várias operações urbanas as quais, no entanto, terão necessariamente de ser pensadas numa perspectiva de escala, de integração e de coerência. Essas operações, fisicamente delimitadas, caracterizam-se por duas fases distintas: a concepção e a implementação. Embora distintas, devem ser vistas como partes de um processo único. Não faz sentido conceber o que não seja passível de implementação, não seja viável. Esta viabilidade resultará da consistência, não só do modelo urbano, mas também do modelo econômico-financeiro, associado.

Neste pressuposto foram definidas as Zonas de Intervenção, que englobam as áreas onde ocorrerão operações urbanas³ e áreas pobres e ZEIS de aplicação preferencial dos fundos gerados pelas operações urbanas.

Em termos de metodologia o desenvolvimento do projeto foi estruturado em duas fases: a primeira que culminou na elaboração dos estudos de enquadramento estratégico e validação dos modelos urbano e econômico-financeiro, e uma segunda, correspondente à elaboração da proposta básica do projeto e sua maquete urbana.

³ Nas Zonas de Intervenção (ZI's) foram definidas 4 zonas potenciais de operações urbanas (Coqueiral / Istmo, Vila Naval, Porto Recife, os cais José Estelita e de Santa Rita), 1 zona cujo modelo de intervenção não foi definido (Salgadinho) e 7 zonas de requalificação urbana (comunidades de Ilha do Maruim, Azeitona, Santo Amaro, Pilar, Coque, Coelho e Brasília Teimosa).

4. ESTUDO DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DO PROJETO

A elaboração e a validação dos modelos urbano e econômico-financeiro, estão apoiados no diagnóstico do Estudo de Enquadramento Estratégico, o qual foi produzido com base em diversos estudos realizados dos quais segue uma síntese dos aspectos considerados mais relevantes. Esta caracterização foi desenvolvida abordando, as seguintes vertentes:

- Biofísica e ambiental; urbanística; paisagística; sócio-econômica; infra-estruturas e mercado imobiliário.

Neste contexto foi efetuada a identificação e a descrição de planos, projetos e documentos legais considerados de importância capital para a realização do referido projeto, como é o caso do plano do Complexo Turístico Cultural Recife / Olinda.

Para esse Enquadramento Estratégico foi realizado o levantamento das seguintes informações relativas ao território de intervenção pela equipe do Porto Digital:

- Aquisição da carta imagem;
- Planos e Projetos aprovados, em aprovação e/ou que interessam direta ou indiretamente à operação;
- Redes de infra-estrutura existentes ou projetadas;
- Mapas e plantas desenhados constantes do **Anexo II** (Índice);

E os seguintes estudos foram contratados:

- Caracterização Morfológica e Modelagem Computacional da Praia Del Chifre;
- Caracterização Morfológica e Modelagem Computacional da Circulação Marinha para o Porto do Recife e Região Costeira Adjacente;
- Caracterização do Sistema de Acessibilidade e Transporte;
- Caracterização das Infra-estruturas da Área de Abrangência.

5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PROJETO

Em relação à caracterização da área realizaram-se os seguintes estudos que estão sintetizados no documento já referido intitulado *Estudo de Enquadramento Estratégico - versão preliminar* (dezembro de 2004) e sua versão ajustada em meio digital e representada nos mapas ou plantas indicados no **Anexo III** (Índice):

- Caracterização Biofísica;
- Caracterização Ambiental;
- Caracterização Urbanística;
- Caracterização de Planos, Projetos e Documentos Legais;
- Caracterização Socioeconômica;
- Caracterização do Mercado Imobiliário, e contratados os estudos que se seguem:
 - Pesquisa Qualitativa de Moradia;
 - Pesquisa do Mercado Imobiliário do Grande Recife - Imóveis Residenciais;
 - Estudo Preliminar de Turismo;
 - Avaliação do Mercado do Setor de Turismo.

Esses Estudos foram apresentados e discutidos em distintas reuniões técnicas e do Núcleo Gestor e da Câmara Temática e, finalmente, consolidados em março de 2005. Dando origem a leitura das potencialidades, debilidades e oportunidades, dinâmicas e fatores de transformação, objetivos estratégicos, conflitos e diretrizes da proposta de intervenção.

6. MODELO URBANO DO PROJETO

Com base no trabalho e análise efetuados, nas fases antecedentes, foram realizadas as propostas de intervenção nos quatro setores de renovação urbana, as quais, por sua vez, se encontram definidas nos diversos mapas e plantas desenhados. Essas foram apresentadas, inicialmente, em maio de 2005 (Estudo 1). Em seguida, foram reapresentadas em junho de 2005 (Estudo 2), gerando uma oficina de planejamento com a participação de técnicos dos quatro entes governamentais (julho de 2005), que revisaram o modelo proposto e encaminharam as sugestões a Parque Expo para finalização da proposta a ser apresentada em dezembro de 2005 (Estudo 3). Os estudos 1 e 2 continham um conjunto de plantas ou mapas desenhados, conforme contido no **Anexo IV** (Índice) referentes às estratégias de projeto e as propostas pormenorizadas para os já citados quatro setores. E documentos escritos como Sumário Executivo (Volume 0), Introdução (Volume I), Modelo Urbano (Volume II), Modelo Econômico / Financeiro - Configuração Institucional e Societária (Volume III) e Regulamento (Volume IV). A elaboração dos trabalhos, sob a responsabilidade da Parque Expo, contou com a participação técnica de integrantes dos entes públicos, que interagiam cotidianamente com a equipe local de técnicos portugueses (Luís Miguel Rodrigues, Maria João Domingues e Elsa Moraes) além de visitas constantes de especialistas temáticos, sempre que se fazia necessário. Um ponto relevante da articulação entre as duas equipes técnicas, portuguesa e brasileira, foi uma visita de técnicos dos governos federal e de Pernambuco, gestores das prefeituras do Recife e Olinda e representante do Porto Digital a Lisboa, em agosto de 2005. Nessa ocasião foi apresentado e discutido o Estudo 2, visitado o Parque das Nações (experiência de reconversão urbana portuguesa conduzida por Parque Expo) e acordada a realização da oficina de planejamento realizada em julho de 2005.

A viabilidade econômica e financeira contidas nos estudos não foi, durante o período, objeto de discussão tendo sido elaborada com base em pressupostos previamente identificados, introduz o enquadramento institucional da operação e identifica uma possível abordagem societária.

Um documento com valor de regulamento administrativo foi elaborado, vinculando entidades públicas, privadas e consorciadas, e que, conjuntamente com a planta de implantação, constitui elemento fundamental para a aplicação prática do plano. Este documento é enquadrado pelo Plano Diretor da Região Metropolitana (Metrópole 2010), pelos Planos Diretores do Recife e Olinda, pelas Leis de Uso e Ocupação do Solo desses municípios, e demais legislações incidentes.

Os estudos contemplam a apresentação da proposta volumétrica básica no modelo 3D para toda a Zona de Intervenção e para os quatro setores de renovação urbana (setor 1- Coqueiral e Istmo de Olinda; setor 2 - Vila Naval; setor 3 - Bairro do Recife e setor 4 - Cais José Estelita e Cais de Santa Rita).

Encontra-se em elaboração final os modelos urbano e econômico/financeiro de caráter indicativo e a Maquete Física do trecho entre o Coqueiral de Olinda e o Cais José Estelita, com lançamento previsto para março de 2006, no Palácio do Campo das Princesas, onde deverá permanecer em exposição; partes complementares, referentes à Colina Histórica de Olinda e ao Parque da Ex-Estação Rádio Pina, também se encontram em processo de elaboração.

7. PLANO DE METAS FÍSICAS E ATIVIDADES DO PROJETO (OUTUBRO DE 2004 A OUTUBRO DE 2005)

Modelo urbano			
Definir através de estudos e projetos o desenho urbano da área de Intervenção prevista no âmbito do projeto, incluindo espaços públicos, equipamentos coletivos, volumetria e usos das edificações e estabelecer uma Maquete Urbana.			
Indicadores	Atividades	Metas	Resultados
	Constituição de uma base		Caracterização das zonas de

	de dados composta por levantamento de informações que configurem a situação atual		intervenção, de abrangência e de enquadramento, com destaque para as seguintes intervenções: quatro de renovação urbana (Coqueiral/Istmo, Vila Naval, Porto do Recife e os cais José Estelita e de Santa Rita), Uma zona cujo modelo de intervenção não foi definido (Salgadinho) e sete zonas de requalificação urbana (comunidades da Ilha do Maruim, Azeitona, Santo Amaro, Pilar, Coque, Coelhos e Brasília Teimosa). Status: 80%
	Realização de estudos geotécnicos, ambientais, legais, cartográficos, de tráfego, de patrimônio edificado e de projetos em andamento na zona de intervenção		Aquisição da carta imagem; levantamento de planos e projetos aprovados, em aprovação e/ou em elaboração que interessam direta ou indiretamente à operação; levantamento das redes de infra-estruturas existentes ou projetadas; caracterização morfológica e elaboração de modelagem computacional da Praia Del Chifre; caracterização morfológica e modelagem computacional da circulação marinha para o Porto do Recife e região costeira adjacente; caracterização do sistema de acessibilidade e de transporte; caracterização das infra-estruturas da Área de Abrangência. Status: 70%
Maquete Urbana	Formulação de um conceito base de intervenção e um plano de ocupação coerente com o já estabelecido em estudos prévios e com o conceito de viabilidade e sustentabilidade do projeto.	1 Maquete	Levantamento fotográfico complementar às imagens aéreas; definição do âmbito da maquete: trecho 1: entre o Coqueiral e o Cais José Estelita; trecho 2: entre o Coqueiral e a Colina Histórica de Olinda e trecho 3: entre o cais José Estelita e o parque da ex-Estação Rádio Pina; definição dos materiais a serem utilizados e as representações dos novos elementos, das áreas de favela e dos núcleos culturais. Status: 40%

Modelagem Econômica

Realizar um conjunto de estudos econômicos, pesquisas de mercado e projeções financeiras que possam aferir a viabilidade do projeto e sua estratégia de implantação e comercialização.

Modelo Econômico	Realização de estudos e pesquisas de mercado que permitam definir o potencial de absorção do mercado em um modelo de estratégia de valorização de solo criado que viabilize a apropriação de benefícios públicos nas operações privadas.	1 Plano de viabilidade econômico-financeiro	Foram realizados estudos e análises da viabilidade econômica e financeira do projeto, com base na caracterização sócio-econômica do Mercado Imobiliário. Foram contratados e finalizados os seguintes estudos: Pesquisa qualitativa de moradia; Pesquisa do Mercado Imobiliário do Grande Recife - imóveis residenciais; Estudo preliminar de turismo e avaliação do mercado do setor de turismo. Status: 90%
	Definição de um modelo econômico-financeiro seguido de plano de implementação de obras, estratégia de comunicação e comercialização e estratégia de articulação com instituições financeiras.		Em fase de estudos o enquadramento institucional da operação e a identificação de uma possível abordagem societária. Status: 10%

ANEXO I

PLANO DO COMPLEXO TURÍSTICO CULTURAL RECIFE OLINDA

PROJETO RECIFE OLINDA

ATA DA I REUNIÃO DO NÚCLEO GESTOR

Data 27 de abril de 2005

Local: Sala do Conselho do Núcleo de Gestão do Porto Digital

Pauta: Instalação do Núcleo Gestor

O Núcleo Gestor do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda na sua primeira reunião ocorrida na data e local indicados acima, depois de verificada a presença de todos os entes, aprovou:

1. O Acordo de Cooperação Técnica para elaboração e implantação do Projeto Recife Olinda;

Definiu:

1. O estabelecimento das seguintes diretrizes para o seu Regimento Interno;
 - A instalação de suas reuniões e a aprovação de propostas deverá obedecer ao "quorum" mínimo de 50% do número de seus representantes de cada ente;
 - A periodicidade de 60 dias para suas reuniões que, deverão acontecer preferencialmente, na última quarta-feira do mês;
 - A realização de reuniões extraordinárias sempre que necessário;
 - A realização de vídeo conferências quando da impossibilidade de presenças;
 - A indicação de suplentes, será efetuada pro cada titular dos entes que compõem o Núcleo Gestor.
2. Ações necessárias ao funcionamento do Núcleo Gestor:
 - a. De responsabilidade dos Procuradores do Governo de Pernambuco e das Prefeituras da Cidade do Recife e Municipal de Olinda:
 - i. Elaborar minuta do Regimento Interno, Prazo: 27 de maio/2005.
 - ii. Análise da Lei de Consórcios para definição do modelo jurídico que agregue os três níveis de governo, na sociedade que irá implementar o Projeto Recife –Olinda. Prazo: 60 dias
 - b. De responsabilidade de Amélia Reynaldo – Gabinete do Governador; João Roberto Nascimento - Prefeitura do Recife e Sônia Calheiros - Prefeitura de Olinda.
 - i. Constituir grupo para minutar a estratégia do plano de comunicação do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda, que inclua uma agenda de debates com a sociedade;
 - ii. Constituir grupo para minutar a estratégia de execução do referido plano, e seus desdobramentos, elegendo prioridades e definindo metas;
3. A designação da estrutura do escritório do Projeto Recife – Olinda como Secretaria Executiva do Núcleo Gestor;

4. A solicitação da indicação formal dos representantes e suplentes de cada ente na **Câmara Temática do Projeto Recife Olinda** que se reunirá ordinariamente a cada 15 dias.

Finalmente definiu, que a próxima reunião do **N.G.** acontecerá no Recife, com a seguinte pauta: Aprovação do Regimento Interno; Aprovação da Estratégia de Comunicação e da Estratégia de Implementação do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda; deliberações e aprovação dos estudos e da proposta conceitual urbana do Projeto Recife-Olinda.

Na reunião foram registradas as presenças dos seguintes representantes: **União** - Raquel Rolnik, Ministério das Cidades; Paula Santos, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; **Governo de Pernambuco** - Valério Veloso, Gabinete do Governador de Pernambuco; Alexandre Valença, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo e Esportes; Cláudio Marinho, Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente; Romero Pereira, Secretaria de Planejamento; **Prefeitura da Cidade do Recife** - João Roberto Nascimento, Secretaria de Cultura; Luis Roberto da Silva, Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Alfredo Bertini, Secretaria de Turismo e Esporte; **Prefeitura Municipal de Olinda** - Sônia Calheiros, Secretaria de Gestão Estratégica; Oswaldo Lima Neto, Secretaria de Planejamento Urbano, Transporte e Meio Ambiente; João Falcão, Secretaria de Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo; Samy Paiva, Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Registrando-se treze integrantes do **N.G.**

Além das presenças de Pedro Henrique Reynaldo Alves Chefe da Procuradoria de Apoio do Estado de Pernambuco; Susan Carvalho, Procuradora da Prefeitura da Cidade do Recife; César André Pereira, Procurador Geral da Prefeitura Municipal de Olinda; Hercílio Maciel, Assessor Especial do Prefeito do Recife; Margarida Monteiro, Coordenadoria Administrativa do Projeto Recife Olinda.

Recife 27 de abril de 2005

PLANO DO COMPLEXO TURÍSTICO CULTURAL RECIFE OLINDA

PROJETO RECIFE OLINDA

ATA DA II REUNIÃO DO NÚCLEO GESTOR

Data 07 de julho de 2005

Local: Auditório do Núcleo de Gestão do Porto Digital

Pauta:

1. Aprovação do Regimento Interno;
2. Apresentação do Conceito Urbanístico do Projeto;
3. Estratégia de Implantação e de Comunicação do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda.

1. Aprovação do Regimento Interno

O Núcleo Gestor do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda em sua segunda reunião ocorrida em data e local indicados acima, depois de verificado o quorum de mais de 50% dos representantes, analisou e aprovou o seu Regimento Interno, com o seguinte teor:

REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO GESTOR

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º - O Núcleo Gestor é órgão colegiado que dirigirá a execução das atividades previstas no convênio de cooperação técnica visando à implementação das políticas, diretrizes, programas, projetos e ações referentes ao Plano do Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda.

Art. 2º - São atribuições do Núcleo aquelas previstas no Convênio de Cooperação, especificamente:

I - definição e aprovação das diretrizes gerais de naturezas urbanísticas, turísticas, culturais, econômicas, financeiras e sociais da área de interesse comum;

II - definição e aprovação dos programas, projetos e das operações urbanas na área de interesse comum;

III - definição da(s) estratégia(s) de implementação dos programas e projetos definidos;

IV - acompanhamento da elaboração e implementação dos programas e projetos decorrentes do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, visando garantir os seus objetivos;

V - criação de Câmaras Temáticas;

VI - definição das diretrizes e estratégias de divulgação dos programas, projetos e ações referentes ao Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda;

VII - definição dos fóruns e do calendário de discussão dos programas e projetos definidos;

VIII - aprovação da redação final da minutas do(s) Termo(s) Aditivo(s) ao Convênio e Acordo(s) de Cooperação, a serem celebrados entre a União, o Estado de Pernambuco, o Município do Recife e o Município de Olinda;

IX - designação de técnicos para compor as equipes; e

X - articulação com outros órgãos da União, Estado de Pernambuco e dos Municípios de Olinda e Recife e outros atores afetos aos temas das Câmaras Temáticas.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - Integram o Núcleo Gestor:

I - 05 (cinco) representantes da União: Ministérios das Cidades, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Cultura, do Turismo e do IPHAN;

II - 04 (quatro) representantes do Estado de Pernambuco: Gabinete do Governador, Secretarias de Planejamento, de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes;

III - 04 (quatro) representantes do Município do Recife: Secretarias: de Planejamento Participativo, Obras, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; de Cultura; Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e de Turismo;

IV - 04 (quatro) representantes do Município de Olinda: Secretarias de Planejamento e Gestão Estratégica, de Planejamento Urbano, Transportes e Meio Ambiente, de Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo e de Desenvolvimento Econômico.

§1º - Os representantes titulares dos cargos de composição do Núcleo Gestor estão dispensados de apresentar sua designação.

§2º - Tendo os titulares dos cargos designado pessoa específica para o substituir como suplente no Núcleo Gestor, o mesmo deverá apresentar ofício de designação tendo os mesmos poderes que o titular.

Art. 4º- As funções dos membros do Núcleo serão consideradas de relevância e de interesse público.

Art. 5º - Os representantes e suplentes dos órgãos integrantes do Núcleo Gestor permanecerão enquanto titulares dos cargos ocupados, assumindo imediatamente o seu sucessor, na hipótese de sua exoneração.

CAPITULO III

DA ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO

Art. 6º - São estruturas do Núcleo Gestor:

I – Coordenação; e,

II – Secretaria Executiva.

Art. 7º - A Coordenação ficará a cargo da União, sendo auxiliado pela Secretaria Executiva.

Art. 8º Compete à Secretaria Executiva do Núcleo Gestor:

I – superintender todo serviço da Secretaria do Núcleo Gestor;

II – expedir as convocações para as reuniões do Núcleo Gestor,

III – coordenar a organização e atualização da correspondência, arquivos, documentos e cadastro dos órgãos representados no Núcleo Gestor;

IV – organizar a pauta das reuniões do Núcleo Gestor;

V - minutar as atas de reuniões encaminhando-as aos membros do Núcleo Gestor para aprovação, através do Portal de Gestão e, na sua falta por outro meio eletrônico;

VI- elaborar relatório das atividades do Núcleo Gestor, sempre que solicitado pela Coordenação do Núcleo Gestor;

VII – articular a operacionalização das decisões do Núcleo Gestor;

VIII - desempenhar as demais atribuições inerentes à função;

IX – manter o Portal de Gestão do Convênio de Cooperação.

§1º - A Secretaria Executiva será composta por 03 (três) Secretários Executivos, designados, respectivamente, pelo Estado de Pernambuco e pelos Municípios de Recife e Olinda;

§2º - Os secretários definirão entre eles um coordenador;

Art. 9º - O Núcleo Gestor reunir-se-á, ordinária e extraordinariamente, em sessões convocadas pela Coordenação, através da Secretaria Executiva, em data, horário e local previamente fixado.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão bimestrais, devendo ser realizadas, preferencialmente, na última quarta-feira do mês da convocação.

§2º - O *quorum* exigido para iniciar a reunião será de pelo menos 2 (dois) representantes de cada ente.

§3º - Qualquer alteração de data deverá ser comunicada aos representantes através de meio eletrônico, com aviso de recebimento.

§4º - Deverá ser criado um Portal de Gestão do Convênio, em que se identificará hierarquia de acesso às informações, ficando tal responsabilidade a cargo da Secretaria Executiva.

§5º Qualquer membro do Núcleo Gestor poderá solicitar diretamente na reunião anterior ou através do Portal de Gestão, autorização dos membros para participação de terceiros nas reuniões, com direito apenas a voz.

§6º - As reuniões, sejam ordinárias ou extraordinárias, podem ser realizadas por meio eletrônico disponibilizado pela Secretaria Executiva, desde que de comum acordo entre os membros do Núcleo Gestor.

§7º - A ausência de representantes de um órgão ou de seus suplentes às reuniões do Núcleo Gestor deverá ser justificada pela mesma à Secretaria Executiva, até 48 horas antes da realização da reunião.

§8º As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que se julgar necessário, devendo ser convocadas pelo Coordenador ou por no mínimo 2(dois) representantes de cada ente, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, limitando-se sua pauta ao assunto que justificou sua convocação.

Art. 10 - As deliberações do Núcleo Gestor serão tomadas por consenso.

Parágrafo Único - No caso de não haver consenso, as decisões serão remetidas ao Conselho Político do Convênio.

Art. 11 - As atas das reuniões poderão ser aprovadas por meio eletrônico no Portal de Gestão.

Art. 12 - As alterações da pauta, definida com base nas deliberações da sessão anterior, deverão ser encaminhadas até 15 (quinze) dias antes da data fixada para reunião do Núcleo Gestor.

Art. 13 - Relatada, a matéria será colocada em discussão, facultando-se a palavra, a cada um dos membros.

Art. 14 - As dúvidas sobre a interpretação do Regimento, na sua prática constitui questão de ordem, que poderá ser suscitada em qualquer fase da reunião.

CAPÍTULO IV

DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - As omissões e dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pelo Núcleo Gestor, observados os termos deste Diploma.

Art. 16 - O presente Regimento poderá ser alterado por votação dos membros do Núcleo Gestor, observado o Quorum exigido para as reuniões.

Art. 17 - A criação de Câmaras Temáticas deverão estar fundamentadas na necessidade de integrar políticas, diretrizes, programas, projetos e ações de relevante interesse para a implementação do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda e desde que estejam em sintonia com este.

2 – Apresentação do Conceito Urbanístico do Projeto

O segundo item da pauta de reunião foi apresentado pela Consultora ParqueExpo com as participações do Governo de Pernambuco e da Prefeitura de Olinda.

Foram feitas as seguintes considerações à apresentação dos modelos urbano e econômico:

- a) O plano ainda não reflete as diretrizes estratégicas indicadas no Núcleo Gestor;
- b) é fraca a relação do desenho das novas áreas com o desenho das tipologias sociais e econômicas do entorno;
- c) o plano carece de maior coesão e costura entre os novos e os espaços existentes. Por exemplo: “coesão entre as áreas de ZEIS e as da nova intervenção”; “As ZEIS não entraram dentro do projeto”; “As ZEIS necessitam de áreas do entorno para respirar, como, também, áreas para a localização de atividades econômicas (micro empreendimentos)”;
- d) necessita de uma relação mais estreita entre a nova ocupação e as áreas de baixa renda do entorno: “não fazer um projeto para as favelas e outro para as áreas do lado”;
- e) é preciso constar o território popular no novo desenho: hectares de território popular dentro dos quase 200 ha do projeto. Como por exemplo: “o desenho de tipologias diferentes tais quais casas geminadas e/ou sobrepostas, mais adequado às demandas da população de menor poder aquisitivo”;
- f) melhoria da relação tipológica entre o modelo torre e o entorno;
- g) resolução da equação em relação ao percentual para:
 - Habitação social
 - Habitação de Mercado Popular, até 5 pavimentos, para atender a faixa de 4 a 6 salários mínimos (CEF - PAR);
 - Habitação para a classe média, até 12 salários mínimos (FGTS);
 - Habitação para a população de alta renda, com mais de 12 salários mínimos.
- h) o custo da proposta social deve fazer parte do modelo econômico: “o custo do terreno poderia sair da conta quando este valor for aplicado no social”;

- i) introdução de tipologias diferenciadas para as atividades comerciais populares. Como por exemplo, mercado ou cooperativa de pesca, centros de comércio popular etc;
- j) preocupação com a ocupação do entorno dos monumentos (IPHAN). Exemplo, a proposta da ocupação do entorno do Forte do Brum;
- k) o projeto de cidade cobra a inclusão das ZEIS e a integração entre as partes que se reflete no sistema viário;
- l) o privilegiado contato entre o mar e o rio (Cais José Estelita) não apresenta tratamento adequado nas vias transversais;
- m) as visuais transversais devem articular o interior das quadras;
- n) ampliação da Zona de Intervenção, através da criação dos setores 8 (incluído na etapa atual), 9 e 10 (segunda etapa do projeto);
- o) a proposta se restringe a uma faixa do território criando uma lacuna ainda não superada no que se refere à articulação desta com o entorno;
- p) a proposta ainda não incorpora as ZEIS nem os Núcleos Culturais;
- q) a proposta deve expressar o relacionamento das novas peças com o seu entorno físico, social, cultural, econômico,...;
- r) a cidade que dialoga com a trama existente e as frentes d'água deve estar expressa na proposta;
- s) contestação da rigidez da volumetria representada nas imagens 3D. Entretanto, foi ponderado que o desenho de cada arquitetura dará uma outra representação diferente destas;
- t) desafio: apresentar um plano que represente a sua amplitude e não só o novo. A pesquisa de mercado diz que a intervenção proposta deve refletir o desejo da população; esta deve ser vista no projeto;
- u) a proposta apresentada tem como variante as tipologias de programas (tem-se a consciência das variantes de um futuro que não se conhece) e como invariantes (i) o prolongamento das visuais laterais; (ii) aspectos da exposição e orientação das construções; (iii) o logradouro público que "costura" todos os territórios; (iv) os edifícios emblemáticos e (v) o conceito de densidade;
- v) os elementos de inclusão territorial ficam postos entre as variantes, pois condicionam (i) a oferta de terrenos e (ii) a modelagem econômica;
- w) a proposta de mobilidade deve não somente estar adequada ao Projeto, mas também a RMR. Por isso faz-se importante a sua articulação com o Plano Diretor de Transportes Urbanos - PDTU;
- x) o PDTU trata não somente da rede viária e de transportes, mas, principalmente, as redes e o uso do solo. Assim sendo, os dados de uso do solo são fundamentais: tem

Porto, não tem Porto, qual a articulação das ZEIS e áreas de baixa renda, como será a mobilidade de veículos e de pedestres, qual o volume de construção previsto, por uso, etc.

3. Passos a serem dados pelas equipes Parque Expo, Prefeituras e Governos Federal e Estadual:

- y) Introduzir o mix social (habitação e comércio) atrelado à tipologia da edificação e das linhas de financiamento;
- z) As ZEIS e áreas de baixa renda não devem ser tratadas como receptivo de investimentos nacionais e internacionais;
 - aa) As áreas de intervenção são espaços de oportunidades para os que aqui já estão, além dos que estão chegando;
 - bb) O valor do produto oferecido não pode segregar o espaço. O conceito da ZEIS deve expandir-se para além da criação do espaço democrático, como criação de serviços, habitação e equipamentos com preços diferenciados. Os espaços de serviços e comércio devem contemplar as atividades já existentes; mais atividades para geração de empregos;
 - cc) A invariante da inclusão territorial deve ser desenhada através da previsão de um percentual de hectares destinado à urbanização popular. Este não deve estar destinado ao mercado, mas pode funcionar como contrapartida no modelo econômico.

Após o debate foram feitos os seguintes encaminhamentos:

1. Revisão do Conceito Urbanístico, sobretudo no desenho de projeto urbano para garantir na Zona de Intervenção as áreas destinadas à diferentes tipologias de habitações, segundo as classes de renda, considerando os programas de financiamento existentes, além de diferentes tipologias também para as várias faixas de comércio incluindo o comércio popular;
2. ampliar as relações do projeto com o tecido do entorno para aumentar as conexões e relações com o tecido urbano já existente; previsão dos mecanismos de regulação sobre o tecido urbano do entorno e disponibilização de áreas para servirem de espaço de "arejamento" às comunidades adjacentes que serão beneficiadas com os projetos de urbanização;
3. considerar na modelagem econômica essas revisões no sentido da manutenção do equilíbrio da equação, incorporando os custos do território popular, inserido no projeto e minimizando o seu impacto econômico (inclusão de território social);
4. criação de um Grupo de Trabalho na Câmara Temática para o redesenho do projeto urbano; prazo de 45 dias;
5. indicação dos investimentos que não estão incluídos na Modelagem Econômica;
6. definição dos elementos de mobilidade e de saneamento ambiental.

4. Estratégia de Implantação e de Comunicação do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda.

O item 3º da pauta não foi discutido.

4. Considerações finais

Data da próxima reunião 08/09/2005

Local: Recife

Pauta:

- 1.** Aprovação da Estratégia de Comunicação e da Estratégia de Implementação do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda;
- 2.** deliberações e aprovação dos seis itens encaminhados, supra citados.

Foi enfatizada a necessidade de reforçar o convite aos órgãos do Governo Federal ausentes, inclusive solicitando a formalização do representante do Ministério da Cultura.

5. Relação dos Presentes

Na reunião foram registradas as presenças dos seguintes representantes: **União** - Raquel Rolnik, Ministério das Cidades; Paula Santos, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Marta D' Emery, IPHAN; **Governo de Pernambuco** - Amélia Reynaldo, Gabinete do Governador de Pernambuco; Fernando Jordão, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo e Esportes; Romero Pereira, Secretaria de Planejamento; **Prefeitura da Cidade do Recife** - João da Costa, Secretaria de Planejamento Participativo Obras, Desenvolvimento Urbano e Ambiental; João Roberto Nascimento, Secretaria de Cultura; Florival Carvalho, Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Alfredo Bertini, Secretaria de Turismo; **Prefeitura Municipal de Olinda** - Sônia Calheiros, Secretaria de Gestão Estratégica; Oswaldo Lima Neto, Secretaria de Planejamento Urbano, Transporte e Meio Ambiente; João Falcão, Secretaria de Patrimônio, Ciência, Cultura e Turismo; Samy Paiva, Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Registrando-se 14 (quatorze) integrantes do **N.G.**

Além das presenças de Susan Carvalho, Procuradora da Prefeitura da Cidade do Recife; Hercílio Maciel, Assessor Especial do Prefeito do Recife; Margarida Monteiro, Coordenadoria Administrativa do Projeto Recife Olinda.

Recife 07 de julho de 2005

PLANO DO COMPLEXO TURÍSTICO CULTURAL RECIFE OLINDA

PROJETO RECIFE OLINDA

ATA DA III REUNIÃO DO NÚCLEO GESTOR

Data 08/09 de setembro de 2005

Local: Auditório do Núcleo de Gestão do Porto Digital

Pauta:

- Estratégia de implementação do PCTCRO;
- Aprovação do Modelo Urbano e análise do Modelo Econômico;
- Estratégia de Discussões Públicas e plano de comunicação.

O Núcleo Gestor do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda em reunião ocorrida na data e local indicados acima, depois de verificado o quorum de mais de 50% dos seus representantes, passou a discutir a pauta já referenciada, como se segue:

Considerações:

1. Apresentada a Maquete Urbana o IPHAN fez algumas considerações no sentido de que o projeto ainda não atende as suas determinações; e aponta para a necessidade de trabalhar em conjunto com a equipe local com o objetivo de fechar a proposta que posteriormente será discutida com o IPHAN Federal, o Governo Federal e os demais parceiros. Ainda no mês de janeiro;

Proposta de Encaminhamento

Criação de Grupo de Trabalho / Patrimônio constituído das seguintes Instituições:

- Superintendência do IPHAN – PE (Fred Almeida)
 - Diretoria Patrimonial do IPHAN – PE
 - SEPACTUR – Olinda (Maria Milet)
 - Secretaria de Gestão Estratégica – Olinda (Sônia Calheiros)
 - Secretaria de Cultura – Recife (Peixe)
 - Governo de Pernambuco – (Amélia Reynaldo)
 - Ministério das Cidades –
2. A Prefeitura de Olinda apontou as seguintes incorreções: necessidade das inserções dos projetos do Canal da Malária e Ilha do Maruim; revisão do estacionamento da Cidade da Música e definição do desenho dos Edifícios do Parque do Coqueiral;
 3. Informe sobre o Porto – saída total das atividades industriais portuárias; manutenção das atividades de carga compatibilizadas com o perímetro e as novas atividades propostas;

Proposta de Encaminhamento

Criação de Grupo de Trabalho / Porto constituído das seguintes Instituições:

-

4. A Marinha lembrou que preservar o Coqueiral representa um grande custo, tanto material quanto de aparatos de segurança. Que sem a presença da instituição a área provavelmente estaria invadida por ocupações irregulares, como em outras áreas consideradas de preservação rigorosa e/ou,
5. "*Non Aedificandi*". Em relação à presença dos oficiais no Coqueiral é um ponto que poderia ser flexibilizado em relação à área total ocupada, mas não considera outra área que não a do Coqueiral.
6. A Prefeitura do Recife⁴ enfatizou a necessidade de avançar nos pontos ainda duvidosos para que a elaboração da maquete eletrônica seja agilizada; Que o ponto central é modelo econômico: não devemos subestimar o projeto como estratégico para as cidades, mas também não podemos superestimar; As demandas não deverão ser maiores que os recursos gerados pela operação; é preciso que existam recursos a médio e longo prazo, temos 18 núcleos a serem implantados no território; Que é necessário o apoio da sociedade e de ajustes legais para viabilizar este projeto. Ponderou que a coesão do N.G. é imprescindível para o debate público.
7. O Ministério das Cidades intervém com as seguintes considerações: quais os elementos que vão compor estes custos? O viário / transporte como posto pela CBTU, está considerado? Quais os investimentos que estão contemplados? Pergunta-se que conta queremos?

- **Informes sobre os Terrenos**

a) Patrimônio da União → coqueiral / istmo; Possibilidade de cessão para Instituição Pública dependendo da utilização social/pública, quanto mais social e público menos se onera o terreno, porém, mais onerosa fica a intervenção. É uma equação que tem um equilíbrio muito delicado.

b) Rede Ferroviária Federal a queda da MP que extingue a Rede deixa em aberto a constituição de um "Fundo Imobiliário" para projetos desta ordem. A Rede tem uma estrutura liquidante (equipe liquidante);

c) A rede tem uma concessão com a CFN (opera com trem de carga até o Porto + armazéns no Cais José Estelita); a Rede não pode operar na área que está concessionada.

d) Terrenos em liquidação não podem ser cedidos, mesmo que para uma Instituição Pública. Existindo nesse caso duas hipóteses: 1ª o terreno é vendido em leilão público podendo ser arrematado pela iniciativa privada; 2ª para o setor público não é preciso leilão para a sua venda.

O liquidante tem compromisso com o MC de não colocar o terreno em leilão.

e) Considera-se que, eventuais dívidas com a Prefeitura e o Governo Estadual já inscritas na dívida ativa, poderiam ser deduzidas do valor da avaliação. (posição do liquidante)

- Investimento em Habitação Social PAR, MP (80 MIL REAIS) (s/receita).
- Receita marginal (dentro dos limites)
- Valor máximo 35 mil reais a unidade (PAR)

⁴ Citando - João Roberto Peixe

7. Não está em discussão a transformação do território popular fora da área.

Compromissos:

- a. Os m² de habitações PAR, MP devem passar ao agente promotor por um valor nulo de viabilidade da linha de financiamento “condição de repasse”;
- b. Viabilizar o mais rápido possível à implementação e expressá-la no gráfico de execução;
- c. O custo depende do que queremos construir como projeto de cidade: Como se paga este projeto? Qual o projeto? Qual o custo? Quem paga?

Modelo novo de cidade:

- a) mistura social não são espaços públicos, mas usos;
- b) áreas lindeiras são próximas e não distantes: projeto definindo, investimentos necessários.

8. A conta do empreendimento é o 3º ponto. Este projeto não paga tudo. Então o que está ou não no projeto deve ser dimensionado, inclusive o que é responsabilidade das prefeituras. Caso não se tenha isso, não poderemos fechar a equação.

Intervenções pontuais:

“Mais importante que construir habitações na área do Cais José Estelita é expandir o projeto para a reabilitação do entorno”. PCR

“Os Governo Federal, Estadual e prefeituras têm que saber quanto custa o impacto do projeto na rede viária do entorno”. PMO

Pontos relevantes

- 1) Âmbito:
 - a) Impacto com o seu entorno: Coeficiente de Aproveitamento e fragilidade do tecido social
 - b) Impacto na mobilidade/acessibilidade metropolitana (extra da área desenhada) Complexo como um todo.
- 2) Âmbito: forma de ocupação das áreas novas/ vazias/subutilizadas (modelo urbano/ modelo econômico)

O projeto precisa ser apresentado à sociedade; Qual é esta estratégia e o que é necessário firmar em relação ao tempo entre os dois âmbitos?

Proposta do Ministério das Cidades

Em novembro teria início o debate público: com as definições do que se apresenta, como se apresenta e quem o faz, anteriormente consensuadas e com todas as informações padronizadas.

9. A posição do Ministério do Turismo⁵ foi de que o Projeto é urbanístico e imobiliário e pouco tem de turístico e cultural para as cidades. O projeto é um “enclave”, não se agrega à cidade, que tem um patrimônio muito forte.

“O bairro do Recife vai acabar acabando. Falta área verde. É minha primeira vez aqui”; Porque não contemplar a excepcionalidade de Olinda Alta? Falta incorporar melhor a área do Arcoverde, se existe preocupação turística; A proposta apresenta dúvidas quanto à capacidade de absorver mais área construída (Bairro do Recife); Falta demonstrar mais diálogo com a cidade existente; falta referência ao “PEDIS” – Plano de turismo sustentável de Recife (baseia programa PRODETUR), falta dialogar com o projeto.

10. Ficou esclarecido pelo representante da Empresa de Turismo de Pernambuco, que dados sobre o turismo em Recife indicam que o destino é mais forte na área de negócios em comparação com Salvador-BA e São Luiz-MA, que possuem forte apelo de consumo de produtos culturais com seus centros já estruturados. O Projeto Recife Olinda, no entanto, vem para estruturar apoiando neste sentido. Fica claro que a operação urbana não pode ser tratada isoladamente. É preciso tratar mais detalhadamente com uma estratégia mais ampla =CTCRO.

11. O Ministério do Turismo não vê a contribuição do projeto para o turismo, ao contrário. Cita exemplo de atração de população trabalhadora para o entorno, que provocam degradação ainda maior.

12. O Ministério das Cidades entende:

- a) Fundamental obter ordem de grandeza de investimento em projetos na zona de enquadramento como condição para apresentar o projeto à sociedade;
- b) Complementar desenhos, sobretudo do Coqueiral (atendimento ao IPHAN, a Prefeitura de Olinda e a Marinha);
- c) Apresentar desenhos da maquete eletrônica para melhor entendimento
- d) Simular novamente o modelo econômico;
- e) Iniciar discussão com Ministério do Turismo e governos locais a luz do planejamento do turismo em Pernambuco.

12. A Prefeitura do Recife considera que fica claro que existem diretrizes gerais, (“nossos técnicos trabalharam duas semanas, na revisão”). Porém, apesar de existirem poucas dúvidas, alerta para o perigo da falta de comunicação, poderemos ter a sociedade contra o projeto antes dele ser apresentado. E,

Coloca a questão dos 6.000 trabalhadores do Porto, para discussão.

Proposta do Governo de Pernambuco: ⁶

Rever desenhos:

- a) Coqueiral e istmo

⁵ Intervenções de Suzana Dickman; Jório Cruz (consultor); Leonardo Brant.

⁶ Citando – Amélia Reynaldo

- b) Avaliar se as recomendações das duas semanas foram contempladas pela Consultoria

Neste sentido Nancy Nery – PCR, lembra que existe uma lista, que poderia ser seguida e Helena Mena Barreto, ratifica que a comunicação deva ser segmentada (pessoas de preservação, movimentos sociais e turismo) como estratégia.

13. A Parque Expo, alerta para o tempo e cita exemplos de movimentos da iniciativa privada dentro e fora das zonas de intervenção, com evidente demonstração de interesse de apropriação da perspectiva do projeto. Considera o relatório que foi enviado como recomendações para os governos, inquestionável.
14. A Prefeitura do Recife apontou para a necessidade da constituição da Câmara Temática de Turismo e Cultura
15. É apresentada a Proposta de Comunicação. Toma-se por definição os seguintes passos:
- Imagem e identidade do projeto;
 - Comunicação com agentes (temas);
 - Definição dos representantes (quem fala) por cada entidade e quem capitão centraliza a estratégia de comunicação.
16. Marcos Mendonça é apresentado como consultor do Min. Cidades para acompanhar o trabalho dos projetos de entorno do Projeto Recife Olinda.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) Realização de Concurso para a escolha da marca do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda (Não será definida a marca do Projeto Recife-Olinda);
- 2) Estruturação de uma apresentação em Power Point que seja considerada única, do CTCRO;
- 3) Modelo Urbano
 - Complexo
 - Projeto de Cidade
 - Cidade do futuro
 - Recife Olinda com Planos Diretores
 - Recife/Olinda com seus entornos;
- 4) Novo paradigma
 - Projeto público – 4 Ministérios, Governo Estadual e Prefeituras;
 - Apropriação dos poderes públicos;
 - Transversalidade;
- 5) Ministério das Cidades está aguardando:
 - Novo modelo institucional (detalhar);
 - Novo modelo econômico (detalhar);
 - Depois disso, será tomada a decisão política (Câmara).

Modelo Urbano

1. Considera-se urgente a finalização dos estudos sobre a Instituição Implementadora, que é de responsabilidade da área jurídica dos conveniados;
2. Entende-se que todos os representantes do NG são porta vozes do Plano;

3. Decide-se definir o calendário de apresentação.

Prazos:

Duas semanas para apresentação de nova Proposta de Modelo Financeiro e dos estudos de definição da instituição implementadora. (Consórcio público; SPE ou PPP).

Duas semanas para as prefeituras discutirem e prepararem um documento de salvaguarda das áreas do entorno do projeto.

Relação dos Presentes

Na reunião foram registradas as presenças dos seguintes representantes: **União** - Raquel Rolnik, Ministério das Cidades; Paulo Advíncula da GRPU, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Marta D' Emery, IPHAN, Suzana Dickman; **Governo de Pernambuco** - Amélia Reynaldo, Gabinete do Governador de Pernambuco; Fernando Nunes, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo e Esportes; **Prefeitura da Cidade do Recife** - João Roberto Nascimento, Secretaria de Cultura; Florival Carvalho, Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Alfredo Bertini, Secretaria de Turismo; **Prefeitura Municipal de Olinda** - Sônia Calheiros, Secretaria de Gestão Estratégica; Oswaldo Lima Neto, Secretaria de Planejamento Urbano, Transporte e Meio Ambiente. Registrando-se 10 (dez) integrantes do **N.G.**

Além das presenças dos representantes da Câmara Temática do Projeto Recife Olinda, de Hercílio Maciel e de Margarida Monteiro, da Secretaria Executiva do Núcleo Gestor do PCRCRO.

Recife 22 de setembro de 2005

PLANO DO COMPLEXO TURÍSTICO CULTURAL RECIFE OLINDA

PROJETO RECIFE OLINDA

ATA DA IV REUNIÃO DO NÚCLEO GESTOR

Data 20 de dezembro de 2005

Local: Auditório do Núcleo de Gestão do Porto Digital

Pauta:

- Validação da Maquete Urbana
- Validação do Modelo Físico
- Análise da proposta da Modelagem Econômica
- Definição das infra-estruturas que serão incluídas no projeto
- Viabilidade da disponibilização de áreas portuárias
- Projetos públicos prioritários no âmbito do Projeto
- Definição da estratégia para montagem da entidade implementadora
- Apresentação da logomarca do Plano do Complexo e discussão da estratégia para divulgação

O Núcleo Gestor do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda em reunião ocorrida na data e local indicados acima, depois de verificado o quorum de mais de 50% dos seus representantes, passou a discutir a pauta já referenciada, tal como se segue:

Considerações:

Aprovação da Maquete Urbana

4. Apresentada a Maquete Urbana o IPHAN fez algumas considerações no sentido de que o projeto ainda não atende as suas determinações; aponta para a necessidade de trabalhar em conjunto com a equipe local com o objetivo de fechar a proposta que posteriormente será discutida com o IPHAN Federal, o Governo Federal e os demais parceiros. Ainda no mês de janeiro;

Proposta de Encaminhamento

Criação de Grupo de Trabalho / Patrimônio constituído das seguintes Instituições:

- Superintendência do IPHAN – PE (Fred Almeida)
- Diretoria Patrimonial do IPHAN – PE
- SEPACCTUR – Olinda (Maria Milet)
- Secretaria de Gestão Estratégica – Olinda (Sônia Calheiros)
- Secretaria de Cultura – Recife (Peixe)
- Governo de Pernambuco – (Amélia Reynaldo)
- Ministério das Cidades –

2. A Prefeitura de Olinda apontou as seguintes incorreções: ausência das inserções dos projetos do Canal da Malária e Ilha do Maruim; inadequação do estacionamento ao longo da via da Cidade da Música e definição do desenho dos edifícios do Coqueiral; verificar se os custos das 3 passarelas estão no montante das infra-estruturas.

Projetos públicos prioritários no âmbito do Projeto

4. Foi realizada apresentação dos projetos prioritários para o projeto e que são de responsabilidade dos governos. Não foram computados os projetos de saneamento (ambientais) e de mobilidades.

Propostas de Encaminhamento

- a)- Estimar custos e definir quais projetos tem recursos e não carecem de investimentos;
- b)- Quais necessitam de recursos públicos e,
- c)- Os grandes projetos privados.

5. Informe sobre o Porto⁷: saída total das atividades industriais portuárias; manutenção das atividades de carga compatibilizadas com o perímetro e a nova urbanização proposta;

Propostas de Encaminhamento:

- a) - Submissão das propostas supra ao Conselho de Atividade Portuária;
- b) - Revisão do Decreto que define o perímetro do Porto Organizado.
- c) - Criação de Grupo de Trabalho / Porto para análise e consolidação da proposta, com prazo de conclusão em janeiro, constituído das seguintes instituições:
 - SDETE Recife (Florival Carvalho)
 - Governo do Estado (Amélia Reynaldo / Cláudio Marinho)
 - SDETE PE – (Fernando Jordão)
 - Porto do Recife – (Leão Ávila)
 - Secretaria de Finanças Recife
 - Coordenadoria de Gestão Recife – (Hercílio Maciel)
 - GRPU – (Paulo Ferrari)

4. Informe sobre o Cais José Estelita⁸: 1/3 da área está sob a Gestão da CFN para fins operacionais; o terreno está em nome da RFFSA. Impacta a estratégia de implantação e não a maquete.

6. Em discussão sobre o perfil da instituição que deverá implementar o projeto algumas premissas (controle dos entes públicos/ independência em relação às normas públicas/ capacidade de captar parceiros entre outras) foram elencadas e apontam para a criação de uma OS ou de uma OSCIPE.

Uma Organização Social submete-se ao controle do Tribunal de Contas e segue as normas da Lei nº 8.666 sem, no entanto, estar submissa aos rígidos controles de um órgão público, o que lhe confere mais agilidade tanto na contratação de serviços quanto nos aspectos ligados à administração.

Como exemplo foi descrita a estrutura organizacional do Porto Digital⁹, que possui uma estrutura organizacional focada em implantar o seu modelo de gestão. Dentro desse conceito, a referida **OS** possui três níveis de gestão: A Assembléia Geral, o Conselho de Administração e o Corpo Executivo.

A primeira tem função deliberativa e de fiscalização no que diz respeito ao estabelecimento de objetivos, metas e diretrizes para o funcionamento do Porto Digital, bem como o controle e a avaliação dos resultados de suas atividades em relação a tais objetivos e metas pré -

⁷ Citando Raquel Rolnik – Ministério das Cidades

⁸ Citando Raquel Rolnik – Ministério das Cidades

⁹ Citando Valério Veloso – Diretor Presidente do Núcleo de Gestão do Porto Digital

definidos. A composição do Conselho tem a seguinte proporção: Governo - 37%; Academia - 11%; Setor Produtivo - 21%; Organizações não governamentais - 16%; Representantes de outros setores da sociedade - 16%.

Propostas de Encaminhamento

a) O N.G. aprovou estudos e elaboração de pré - proposta de criação de uma OSCIPE, que deverá ser a Sociedade de Implementação do projeto, a ser submetida ao Governo Federal, nomeadamente o Ministério das Cidades que fará a análise quanto ao mérito e ao Ministério da Justiça para a sua qualificação. Um grupo de procuradores formado pelo Governo de PE - Pedro Henrique, da PCR - Susan Carvalho e da PMO, estarão encarregados da tarefa. **A OSCIPE deverá estar implantada no final de março.**

b) Cada instância governamental formaliza uma parceria para o contrato de gestão e criação de um Consórcio Público. O Ministério das Cidades ficará responsável pela elaboração da minuta de proposta para a criação do Consórcio.

7. Foi aprovado o sistema de identidade visual do CTCRO, vencedor do concurso que teve por objeto a seleção e premiação do referido sistema e suas aplicações. Foi estabelecido que o Art 39 que disciplinou o referido concurso fosse revogado.

Síntese dos Pontos mais Importantes

1. Definir quais as atividades que podem permanecer no bairro (Porto) e apresentar ao CAPE;
2. Construir o consenso com o IPHAN;
3. As Prefeituras e o Governo do Estado devem gerar um encaminhamento de inclusão da população da área nas políticas sociais vigentes;
4. Os pontos orientados devem ser concluídos antes do carnaval.

Relação dos Presentes

Na reunião foram registradas as presenças dos seguintes representantes: **União** - Raquel Rolnik, Ministério das Cidades; Paulo Ferrari da GRPU, representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fred Almeida, IPHAN; **Governo de Pernambuco** - Amélia Reynaldo, Gabinete do Governador de Pernambuco; Fernando Jordão, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Turismo e Esportes; **Prefeitura da Cidade do Recife** - João Roberto Nascimento, Secretaria de Cultura; Florival Carvalho, Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Alfredo Bertini, Secretaria de Turismo; **Prefeitura Municipal de Olinda** - Sônia Calheiros, Secretaria de Gestão Estratégica; Gilberto Pompílio, Secretaria de Planejamento Urbano, Transporte e Meio Ambiente. Registrando-se 10 (dez) integrantes do **N.G.**

Além das presenças dos representantes da **Câmara Temática do Projeto Recife Olinda**, de Hercílio Maciel e de Margarida Monteiro, da Secretaria Executiva do Núcleo Gestor do PCRCRO.

Recife 20 de dezembro de 2005

ANEXO II

ÍNDICE MAPAS OU PLANTAS DESENHADAS

Planta de Enquadramento I – Programas e Projetos esc. 1/10. 000
Planta de Enquadramento II – Planta Geral das Funções Urbanas esc. 1/ 10.000
Planta de Enquadramento III – Planta Geral de Patrimônio.esc. 1/10. 000
Planta de Enquadramento IV – Planta Geral da Caracterização Urbana esc. 1/10. 000
Planta de Enquadramento V – Planta Geral da Mobilidade esc. 1/10. 000
Planta da Situação Existente esc. 1/ 5.000
Planta Geral – Síntese esc. 1/ 5.000
Planta de Condicionantes esc. 1/ 10.000
Planta das Redes de Mobilidade esc. 1/ 5.000
Planta de Circulação – Transporte Privado esc. 1/ 5.000
Planta de Circulação – Transporte Público.esc. 1/5. 000
Rede de Abastecimento de Água. esc. 1/5. 000
Rede de Esgotamento Sanitário.esc. 1/5. 000
Rede de Drenagem Pluvial.esc. 1/5. 000
Rede Elétrica.esc. 1/5. 000
Fachadas de Conjunto – Existente.esc. 1/1. 000
Modelo 3D.sem esc.
Planta de Implantação Setor 1. esc. 1/2. 500
Planta de Trabalho Setor 1. esc. 1/2. 500
Planta de Usos Setor 1. esc. 1/2. 500
Planta de Quadras Setor 1. esc. 1/2. 500
Perfis Transversais Tipo Setor 1 esc. 1/200
Fachadas e Perfis de Conjunto Setor 1. esc. 1/1. 000
Modelo 3D Setor 1 sem esc.
Planta de Implantação Setor 2 esc. 1/ 2.500
Planta de Trabalho Setor 2. esc. 1/ 2.500
Planta de Usos no Pavimento Térreo Setor 2esc. 1/ 2.500
Planta de Usos Dominantes Setor 2 esc. 1/ 2.500
Planta de Quadras Setor 2. esc. 1/ 2.500
Perfis Transversais Tipo Setor 2. esc. 1/ 200
Fachadas e Perfis de Conjunto Setor 2 esc. 1/ 1.000
Modelo 3D Setor 2. sem esc.
Planta de Implantação – Setor 3 esc. 1/ 2.500
Planta de Trabalho – Setor 3. esc. 1/ 2.500
Planta de Usos no Pavimento Térreo – Setor 3 esc. 1/ 2.500
Planta de Usos Dominantes – Setor 3 esc. 1/ 2.500
Planta de Quadras – Setor 3 esc. 1/2. 500
Perfis Transversais Tipo – Setor 3. esc. 1/200
Fachadas e Perfis de Conjunto – Setor 3 esc. 1/1. 000
Modelo 3D Setor 3 sem esc.
Planta de Implantação – Setor 4. esc. 1/2. 50
Planta de Trabalho – Setor 4. esc. 1/ 2.500
Planta de Usos no Pavimento Térreo – Setor 4. esc. 1/ 2.500
Planta de Usos Dominantes – Setor 4 esc. 1 / 2.500
Planta de Quadras – Setor 4 esc. 1/ 2.500
Perfis Transversais Tipo – Setor 4 esc. 1/ 200
Fachadas e Perfis de Conjunto – Setor 4. esc. 1/ 1.000
Modelo 3D Setor 4 sem esc.

ANEXO III

CARACTERIZAÇÃO

1 CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA E AMBIENTAL

- 1.1 recursos hídricos
- 1.2 geomorfologia, geologia e solos.
- 1.3 meteorologia e clima
- 1.4 comunidades biológicas

2 CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA

- 2.1 cadastro
- 2.2 caracterização do edificado
- 2.3 patrimônio histórico
- 2.4 patrimônio arqueológico
- 2.5 permanências e demolições
- 2.6 referências urbanas
- 2.7 estrutura verde urbana
- 2.8 mobilidade
- 2.9 infra-estruturas

3 CARACTERIZAÇÃO DE PLANOS, PROJETOS E DOCUMENTOS LEGAIS

4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA

- 4.1 ocupação e organização do território
- 4.2 demografia
- 4.3 condições sociais e de habitabilidade
- 4.4 equipamentos e serviços coletivos

5 CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO

ANEXO IV

PROPOSTA

ORDENAMENTO

- 8.1 princípios, diretrizes e objetivos gerais
- 8.2 princípios, diretrizes e objetivos específicos síntese
- 8.3 ações contidas na área de intervenção do plano – síntese

9 CONDICIONANTES

INFRAESTRUTURAS

- 10.1 rede de abastecimento de água
- 10.2 rede de esgotamento sanitário
- 10.3 rede de drenagem pluvial
- 10.4 redes elétricas
- 10.5 rede de telecomunicações
- 10.6 infra-estruturas inovadoras

11 MOBILIDADE

- 11.1 proposta de princípios
- 11.2 enquadramento da mobilidade na zona de intervenção
- 11.3 operacionalização do modelo
- 11.4 estacionamento

12 AMBIENTE E ENERGIA

- 12.1 proposta de princípios
- 12.2 aspetos determinantes na realização urbana

13 ESTRUTURA VERDE

- 13.1 arruamentos
- 13.2 jardins ou praças

14 EQUIPAMENTOS

- 14.1 comunitários / coletivos
- 14.2 turísticos